



HISTÓRIA INTERDISCIPLINAR E A ANÁLISE DE CRÔNICAS PORTUGUESAS DO SÉCULO XV

André Luiz Bertoli*

**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de
Lisboa FCSH-UNL**
andrelbertoli@gmail.com

RESUMO: Nesse artigo, exploramos a idéia de interdisciplinaridade que permeia a disciplina História há longos anos. É através da proposta de uma análise interdisciplinar de crônicas medievais portuguesas que procuramos entender um pouco melhor o fazer histórico sobre a medievalidade nos dias atuais. Assim, ao discorrermos sobre a História Cultural em sintonia com a Análise do Discurso, esperamos chamar atenção para a multiplicidade de interpretações e leituras das fontes medievais. Para esse trabalho, destacamos e analisamos alguns trechos de duas crônicas do fim do Medievo português. Essas obras são: *Crônica da Tomada de Ceuta* (1449-50) e *Crônica de Guiné* (1452-53), ambas da pena de Gomes Eanes de Zurara (1410-74). Nos excertos escolhidos, buscamos demonstrar como se deu a construção de um ideal de nobreza e cavalaria na obra desse cronista luso.

PALAVRAS-CHAVE: História – Interdisciplinaridade – Idade Média – Crônicas – Gomes Eanes de Zurara.

ABSTRACT: In this article, we explore the idea of interdisciplinarity that surrounds the History for so many years. It's through the idea of an interdisciplinary analysis about Portuguese Middle Ages Chronicles which we try to understand a little bit better the way to write medieval history in our time. Therefore, writing about the Cultural History in parallel with the Discourse Analysis, we hope to show the multiplicity of interpretations and readings of the medieval documents. For this article, we had analyzed some parts of two Chronicles wrote in the end of the Portuguese Middle Ages. These chronicles are: *Crônica da Tomada de Ceuta* (1449-50) e *Crônica de Guiné* (1452-53), both written by Gomes Eanes de Zurara (1410-74). In the chosen parts, we try to show how the chronicler "built up" the ideal of nobility and chivalry.

KEYWORDS: History – Interdisciplinarity – Middle Age – Chronicles – Gomes Eanes de Zurara.

HISTÓRIA E HISTÓRIA CULTURAL

* Doutorando em História com ênfase em História Medieval, pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos Mediterrâneos (Nemed/UFPR) e ao Instituto de Estudos Medievais (IEM/FCSH/UNL).

Nesse trabalho, propomos deixar mais claro nosso entendimento sobre a História Cultural, principalmente, naquilo que acreditamos ser pertinente para a leitura e análise de crônicas medievais. Primeiramente, entraremos no mérito da História, que é um dos diversos discursos a respeito do mundo. Como já afirmou Marc Bloch

Diz-se algumas vezes: “A história é a ciência do passado”. É [no meu modo de ver] falar errado. [...] Do caráter da história como conhecimento dos homens decorre sua posição específica em relação ao problema da expressão [...] ‘Ciência dos homens’, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”.¹

Segundo Jenkins, o historiador tem de ler/interpretar seus documentos, o que faz a partir de uma metodologia pré-definida, para, com base em suas leituras (intertexto), construir sua narrativa.² Ou seja, a História não é o passado, mas uma interpretação feita a partir da leitura dos documentos e de outras pesquisas a respeito dessas fontes históricas. Isso porque há muitos historiadores, várias metodologias e teorias, que, para Jenkins, são ideologias, ou melhor, reflexos dessas. Daí Jenkins afirmar que o relato do historiador nunca corresponde exatamente ao passado, “porque a história é um construto pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como ‘narrador’”.³ Seguindo esse raciocínio, pode-se afirmar que a história construída pelos historiadores é um discurso em constante transformação.

Para todos os historiadores o conhecimento e a legitimidade advêm de regras e procedimentos metodológicos que os levariam a uma “verdade”. Essa “verdade” e as expressões similares são expedientes para iniciar, regular e findar interpretações, estabelecendo limites. Ou seja, as verdades são “ficções úteis” legitimadas no discurso graças à autoridade e ao poder de quem se apropria dessas narrações para exercer controle, estabelecendo o que Foucault, Jenkins e outros autores chamaram de regime da verdade. Nesse sentido, a história pode ser vista como a maneira pela qual grupos dão sentido ao seu próprio passado, legitimando seu poder e posição social.⁴

Dentre as vertentes historiográficas encontramos a História Cultural. No entanto, como José D’Assunção Barros já afirmou, uma abordagem historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo, pois não existem fatos

¹ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 52-55.

² JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 26.

³ Ibid., p. 31.

⁴ Ibid., p. 51.

que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais.⁵ Contudo, no que diz respeito à História Cultural,⁶ seu campo historiográfico se tornou “mais preciso e evidente a partir das últimas décadas do século XX, mas [...] tem claros antecedentes desde o início do século”.⁷ Lynn Hunt afirma que nesse período os modelos de explicação que contribuíram para a ascensão da história social sobre a política passaram a enfatizar, tanto pelos marxistas como pelos Annales, a História Cultural.⁸ Mas o que seria essa História Cultural?

Segundo Georges Duby, a História Cultural busca observar no passado os mecanismos de produção de objetos culturais. Nesse sentido, o historiador da cultura deve considerar o conjunto da produção dos objetos culturais e interrogar-se sobre as relações que podem existir entre “os eventos que se produzem no alto do edifício e a base inerte da produção corrente que dominam e sobre a qual repercutem”.⁹

Assim sendo, a História Cultural abriga diferentes possibilidades de tratamento, como, por exemplo, a “cultura popular”, a “cultura letrada”, as “representações”, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de cultura. No entanto, temos que ter sempre em mente que a História Cultural não enfoca somente os mecanismos de produção dos objetos culturais, mas, também, os seus mecanismos de recepção.

Ao falar da ascensão da Nova História Cultural, Lynn Hunt afirma que essa foi marcada por um declínio dos intensos debates acerca do papel da teoria sociológica no âmbito da História. Em lugar da Sociologia, as disciplinas influentes hoje em dia são a Antropologia e a Teoria da Literatura, campos nos quais a explicação social não é

⁵ BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 17.

⁶ Sobre a História Cultural, conferir também BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

⁷ BARROS, 2004, op. cit., p. 55.

⁸ HUNT, Lynn. Apresentação – História, Cultura e Texto. In: _____. **A Nova História Cultural**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 05.

⁹ DUBY, Georges. Problemas e Métodos em História Cultural. In: _____. **Idade Média, Idade dos Homens – do amor e outros ensaios**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 126.

tratada como ponto pacífico.¹⁰ Sobre isso, interessa registrar o balanço do historiador Marcelo Cândido da Silva para os estudos medievais na França:

Em um artigo publicado pela primeira vez em 1971, Le Goff lastimava que a utilização pelos medievalistas dos ritos, das cerimônias e das idéias implícitas nas instituições resultava muito mais das circunstâncias – a ausência de documentos escritos – que de uma convicção. Seria necessário dizia ele, fazer a história política com a antropologia, com a arqueologia, etc., não em razão da raridade das fontes, mas por uma adesão de princípio. Isto equivaleria a aceitar o inestimável valor da interdisciplinaridade na pesquisa histórica. [...] Cerca de trinta anos depois da aparição deste artigo, um balanço das pesquisas levadas a cabo na França parece indicar que as sugestões de J. Le Goff tiveram uma grande ressonância entre os medievalistas.¹¹

Do ponto de vista de Lynn Hunt, a História Cultural tem uma natureza etnográfica, que parte da premissa de que a expressão individual ocorre no âmbito de um idioma geral. Sendo assim, é uma ciência interpretativa onde, “a decifração do significado, então, mais do que a interferência de leis causais de explicação, é assumida como a tarefa fundamental da História Cultural”.¹²

Segundo Mark Poster, a História Cultural desafia historiadores a confrontar a materialidade do texto com a História, como evento passado que é sempre meditado através da análise dos documentos escritos, sendo a História, como forma de conhecimento, sempre um discurso.¹³ Nesse campo da historiografia emergiram novas perspectivas apoiadas na Análise do Discurso, na Teoria da Literatura, na desconstrução dos textos, no novo historicismo e nos estudos culturais. Nas citações a seguir, podemos notar a definição de História Cultural para esse autor:

Cultural history might then be understood as the study of the construction of the subject, the extent to which and the mechanisms through which individuals are attached to identities, the shapes and characteristics of those identities, the role the process of self-constitution plays in the disruption or stabilization of political formation, and the relation of all these processes to distinctions of gender, ethnicity, and class.¹⁴

E, para Lynn Hunt,

¹⁰ HUNT, Lynn. Apresentação – História, Cultura e Texto. In: _____. **A Nova História Cultural**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 14.

¹¹ **SIGNUM 5** – Revista da ABREM, 2003, p. 238-239.

¹² HUNT, 2001, op. cit., p. 16.

¹³ POSTER, Mark. Introduction. In: _____. **Cultural History and Postmodernity** – disciplinary readings and challenges. New York: Columbia University Press, s/d, p. 06.

¹⁴ Ibid., p. 10.

[...] a ênfase na História Cultural incide sobre o exame minucioso – de textos, imagens e ações – e sobre a abertura de espírito diante daquilo que será revelado por esses exames, muito mais que sobre a elaboração de novas narrativas mestras ou de teorias sociais que substituam reducionismo materialista do marxismo e da escola dos Annales.¹⁵

A diferença entre História Cultural e História da Cultura está na forma de tratar o objeto. Diferente de Georges Duby, Thompson e tantos outros que trabalharam com o conceito de objetos culturais e sua produção e disseminação, para Poster, Hunt e também Jenkins, o que marca a História Cultural é pensar o passado como discurso, ou seja, além do objeto “cultura” há uma reflexão sobre a forma de interpretar e da maneira de se escrever a história.

As noções que se acoplam mais habitualmente à de “cultura” para constituir um universo de abrangência da História Cultural são as de “linguagem” (ou comunicação), “representações” e “práticas”.¹⁶ A História Cultural também atenta para as imagens de poder, por isso, pensar as representações de poder e os símbolos é de grande importância quando buscamos entender a sociedade através dessa perspectiva.

As representações podem ainda ser apropriadas ou imprimidas de uma direção socialmente motivada, situação que remete a outro conceito fundamental para a História Cultural, a “ideologia”. A ideologia, de fato, é produzida a partir da interação de subconjuntos coerentes de representações e de comportamentos que passam a reger as atitudes e as tomadas de posição dos homens nos seus inter-relacionamentos sociais e políticos.¹⁷ Por isso, devemos levar em conta que os fatores ideológicos e as estruturas materiais estão em constante relação com o poder, o que influencia a produção cultural de uma sociedade em seus diferentes níveis. Como projeto de ação, a ideologia pode produzir resultados sociais, como visto no trabalho de Georges Duby **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**, onde percebemos como a ideologia elaborada pelo clero na esfera da “alta cultura” foi absorvida e modificada ao longo da Idade Média por todos os níveis sociais.

¹⁵ HUNT, Lynn. Apresentação – História, Cultura e Texto. In: _____. **A Nova História Cultural**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 29.

¹⁶ BARROS, José D’Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 59.

¹⁷ Ibid., p. 84.

INTERDISCIPLINARIDADE

Como as fontes escolhidas para esse breve “exercício” são crônicas, temos a necessidade de expor como pretendemos trabalhar com esses documentos. O que nós propomos é destacar alguns elementos das crônicas, dando atenção à herança cronística e cavalheiresca portuguesa.

Entendemos que cultura é plural e não consensual, ou seja, é dinâmica. Por conta disso, podemos analisar determinados elementos de diferentes formas. Assim, o que um cronista não enobrecido escreveu sobre valores que nobres deveriam ter, não necessariamente era entendido ou praticado da mesma forma pela nobreza sobre a qual aquele cronista escreveu. Seguindo esse raciocínio, devemos levar em conta a circularidade cultural:¹⁸ como a imagem e valores do cavaleiro cristão chegaram ao cronista e como esse as reproduziu e/ou reconstruiu em suas obras.

Para além da circularidade cultural, há o conceito de discurso apropriado e oficializado, bem como o de capital simbólico de um determinado grupo.¹⁹ Desta maneira, mesmo Zurara não sendo nobre, ele foi instituído no papel de cronista do reino, recebendo a devida autoridade e posição social para escrever suas crônicas. Ou seja, a partir do momento que recebeu do rei D. Afonso V os seus títulos e suas atribuições, a sua palavra e os seus discursos se tornaram oficiais. Por conta disso, Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) dispunha de “todo o capital simbólico acumulado” pela nobreza lusa daquele momento.

Nossa intenção nesse artigo não é avaliar o alcance das obras de Zurara no momento em que foram escritas, mas sim, propomos explorar brevemente a finalidade e o resultado de suas crônicas. Para isso, encaramos as crônicas de Gomes Eanes de Zurara, simultaneamente, como um objeto de significação e um objeto de comunicação cultural entre sujeitos, para, então, procedermos a uma análise do texto e chegarmos um entendimento dos conceitos que darão sentido à análise.

As práticas da nobreza levaram a uma idealização da cavalaria, gerando representações. Quando Zurara escreveu, segundo José Mattoso, o “ideal cavaleiresco

¹⁸ Georges Duby chamou atenção à complexidade cultural, onde as estruturas são tanto verticais quanto horizontais, o que nos dá a ideia de sobreposição de diferentes culturas (como a cultura nobre que permeia a camponesa, e vice-versa). Chartier também deu atenção a esse aspecto e frisou o fato de que qualquer objeto cultural produzido pode circular entre diferentes grupos sociais, não sendo exclusivos nem passíveis de uma única interpretação.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996, p. 89.

parece até ressurgir”.²⁰ Os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre dois pólos que, para José D’Assunção Barros, de certo modo, corresponderiam respectivamente aos “modos de fazer” e aos “modos de ver”.²¹ Dessa forma, para entendermos o fazer cronístico de Zurara, precisamos perceber como ele construiu seus discursos de legitimidade e poder, exercendo seu ofício “mistificador” e “desmistificador”.²² Ele não só legitimou as ações belicosas da nobreza, como também a posição de D. Henrique e suas pretensões no seio da corte portuguesa.

Essas representações, como afirmado por Chartier, inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”²³, em outras palavras, são produzidas verdadeiras “lutas de representações”. E as imagens e símbolos de poder gerados pela prática cronística foram apropriados de acordo com os interesses vigentes, as motivações e as necessidades que se confrontaram no momento em que Zurara escreveu. Mas, por não termos como avaliar qual o grau de receptividade dessas obras quando foram escritas, limitamo-nos a interpretar o discurso e as representações criadas por Zurara.

Nota-se que o modelo cultural de Chartier é claramente atravessado pela noção de “poder”, o que nos faz pensar nas “representações de poder” que podem ainda ser apropriadas ou imprimidas de uma direção socialmente motivada, o que nos leva ao conceito de “ideologia”. Nesse sentido, Eni P. Orlandi já havia chamado atenção ao fato que as formações discursivas são partes da formação ideológica,²⁴ onde o discurso é um fenômeno social construído por um narrador e direcionado a um público alvo.

No caso de Zurara e suas crônicas, analisando as “imagens” dos nobres cavaleiros cristãos, podemos chegar ao conjunto de ideias e as representações que servem para justificar e explicar a ordem social, a ideologia, ou “falsa consciência”,²⁵

²⁰ MATTOSO, José. **A Nobreza medieval portuguesa**. Lisboa: Estampa, 1994, p. 370.

²¹ BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 82.

²² BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996, p. 116.

²³ CHARTIER, Roger. Introdução – Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural – Entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL/ Editora Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

²⁴ ORLANDI, Eni Pulcinelli. Tipologia de discurso e regras conversacionais; Sobre tipologia de discurso. In: _____. **A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 146.

²⁵ FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2005, p. 28-29.

elaborada a partir da realidade e que permeia as obras. No entanto, esse é um trabalho mais delicado que esperamos realizar mais profundamente em outro momento.

Por fim, citamos a contribuição da leitura de Eni P. Orlandi. Destacamos, então, seu método de Análise do Discurso, no qual ela procede com a escolha de tipos como princípio organizador do texto. Em seu trabalho, a noção de tipo é necessária para a classificação e estudo dos discursos, já que a tipologia deve dar conta da relação linguagem/contexto. Logo, a tipologia estabelecida para analisarmos o discurso exemplar e laudatório de Zurara é dividida em: 1) Discurso Lúdico, quando o cronista discorre literariamente sobre os fatos, onde figuras e feitos heróicos se destacam. Nesse momento o cronista parafraseia suas testemunhas e documentos, mas também abre espaço para um diálogo entre eles. Por isso, a reversibilidade entre sua narrativa e os leitores é controlada, pois ele era o detentor e narrador da “verdade”. 2) Discurso Profético, quando o cronista determina, por meio da voz de seus personagens, que os portugueses estavam destinados a grandes feitos e conquistas. Aqui a reversibilidade é mínima, no entanto, a polissemia é grande, já que profecias podem ser interpretadas de várias formas. E, mais importante, 3) Discurso Doutrinário e Exemplar, no qual o cronista aborda os nobres modelares e seu comportamento como cavaleiros cristãos, exemplo ideal para todo um grupo. Nesse momento, a reversibilidade e a polissemia são contidas, pois os leitores deveriam se espelhar nos nobres, aceitando e seguindo o ideal do cavaleiro cristão, leal a seu rei e fiel a Deus.

CONCEITOS: CRÔNICA, CAVALARIA E ESPELHO DE PRÍNCIPES/ESPELHO DE NOBRES

A crônica tardo-medieval:

Galán Sánchez afirma que, para o período tardo-antigo e medieval, a crônica era um subgênero da historiografia, já que os cronistas contavam os feitos ocorridos no passado.²⁶ Ou seja, narravam a história dos grandes vultos e seus feitos, “eternizando-os”, mas ainda não os historicizando. Para Sánchez, os elementos essenciais que marcavam a produção das crônicas eram quatro: a cronologia – eixo principal de toda crônica; estilo plano – total ausência de pretensões literárias; o universalismo – espacial,

²⁶ GALÁN SANCHÉZ, Pedro Juan. Capítulo I – Constituyentes esenciales del género cronístico. In: _____. **El género historiográfico de la Chronica** – las crônicas hispanas de época visigoda. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994, p. 15.

temporal e temático; e a visão providencialista – produto de caráter cristão. Para o momento que estudamos esses elementos já haviam evoluído e as crônicas já não eram produzidas exclusivamente nos mosteiros, mas também nas cortes, tendo, por sua vez, um caráter diferente das histórias monásticas e conventuais.²⁷

Com a evolução desse gênero, seus contornos se tornaram mais fluidos. A cronologia, antes eixo principal das crônicas, já não “dominava” mais o fazer cronístico. Nas obras de Zurara – um leigo cortesão –, não notamos a total ausência de pretensões literárias, pois esse cronista luso não só relatava os fatos, também dava cores aos acontecimentos e seus sujeitos, o que foi fruto de uma evolução geral do gênero. Quanto ao universalismo, ainda há na obra de Zurara referências históricas universais. O cronista remete a história portuguesa à história da cristandade, por isso “universal”. No entanto, as crônicas de Gomes Eanes de Zurara têm um caráter marcadamente “local”, porque o cronista abordou a “história” de personalidades de reino português, de acontecimentos e suas consequências. Assim, mesmo inserido no todo da história da cristandade, as crônicas escritas por Zurara narram uma história contada independente desse todo. Sánchez definiu essa evolução do gênero cronístico como “un visible proceso de ‘regionalización’”.²⁸ Já quando abordamos a visão providencialista, essa continua presente no final do medievo, pois nas obras de Zurara os portugueses estavam destinados a realizar as conquistas dos antigos territórios cristãos no norte da África, vencendo a ameaça muçulmana, fadada a derrota por serem de uma “falsa fé”.

Diferente das crônicas monásticas que eram escritas em latim, as obras de Zurara foram escritas em língua vulgar e, como sabemos, foram financiadas pelo rei ou outros nobres. Assim, as memórias a serem lembradas estavam diretamente ligadas à vontade de seu patrono, o que não impedia o autor de expor, mesmo que nas entrelinhas, sua *intentio auctoris*, como também não impedia os leitores, ou ouvintes da leitura, de interpretá-la – *intentio lectoris*.²⁹ Atento a isso no estudo das crônicas, Guenée chama

²⁷ GUENÉE, Bernard. História. In.: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006, p. 524-525, v. 1; MITRE FERNANDES, Emilio. Froissart, Ayala e Fernão Lopes – o compromisso de três cronistas ante a crise dos finais do século XIV. **História & Crítica**. Lisboa, n. 12, p. 61, maio de 1985.

²⁸ GALÁN SANCHÉZ, Pedro Juan. Capítulo I – Constituyentes esenciales del género cronístico. In: _____. **El género historiográfico de la Chronica** – las crônicas hispanas de época visigoda. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994, p. 29.

²⁹ ECO, Umberto. I. *Intentio Lectoris* – apontamentos sobre a semiótica da recepção. In: _____. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, s/d, p. 08.

atenção aos prólogos de tais produções, pois “só o estudo atento dos prólogos permite perceber a que ponto a obra histórica era uma construção consciente. Graças a eles, vê-se bem melhor o que era a história para os historiadores e como a fizeram”.³⁰

Nesse momento, questionamo-nos onde estilisticamente se encontram as crônicas de Zurara. Como afirma Emilio Mitre Fernandes, ao longo do medievo, a crônica e a história foram duas formas distintas de empreender o estudo do passado.³¹ No entanto, para Guenée, tanto os cronistas como os historiadores produziam relatos históricos, sobretudo na realidade tardo-medieval, para a qual conclui que entre os gêneros crônica e história sobram poucas diferenças. Além desses autores, também há a qualificação de Galán Sánchez, que aborda a crônica como um subgênero da historiografia. Mas se procurarmos a definição que o próprio Zurara deu às suas obras, vemos que para ele “chronica, que quer dizer istoria, em que se efcrepvem os feitos temporaes”.³² Afirmação não muito distinta da idéia de Marc Bloch exposta no início deste artigo, pois, pensar sobre os “feitos temporaes” é pensar, também, nos homens que os realizaram – essas personalidades são o objeto principal do cronista.

Assim, a crônica é um gênero historiográfico onde os feitos são datados e organizados dentro de uma cronologia cristã maior, na qual são abordados e narrados conforme os interesses vigentes, o contexto e as necessidades dos patronos das obras e seus autores. Como as obras de Zurara têm caráter regional, ele preferiu narrar os feitos sem se ater à história universal, enfatizando a história dos feitos portugueses dos quatrocentos. Com isso, acompanhamos o raciocínio de Silvio de Galvão Queirós que qualifica as crônicas de Gomes Eanes de Zurara como um “Discurso do Paço”, que emana da Corte e é feito para a Corte, onde “o cronista não reifica espaços, mas idealiza pessoas e locais”.³³ Partindo desse ponto de vista, podemos afirmar que as crônicas de

³⁰ GUENEE, Bernard. História. In.: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2006, p. 526. v. 1.

³¹ MITRE Fernandes, Emilio. Froissart, Ayala e Fernão Lopes – o compromisso de três cronistas ante a crise dos finais do século XIV. **História & Crítica**. Lisboa, n. 12, maio de 1985, p. 57.

³² ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do Conde D. Pedro de Menezes**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1792, p. 214. Tomo II.

³³ QUEIRÓS, Silvio de Galvão. Capítulo 9 – A reificação de um conceito: o Paço, na Crônica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara. Portugal, século XV. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). **O ensino e a pesquisa em história na Unioeste**: realizações e tendências. Cascavel: Edunioeste, 1998, p. 154.

Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) serviam de exemplo aos nobres, ou, porque não, como espelho de príncipes/espelho de nobres.

Sobre o cavaleiro cristão no período tardo-medieval:

Ao longo dos anos, a representação da cavalaria como base da nobreza acabou por definir e direcionar as análises sobre as práticas correntes na sociedade medieval européia. Como afirma Duby,

Naturalmente as representações ideológicas acarretam uma imagem simplificada da realidade da organização social, ignoram as nuances, superposições, os emaranhados, acusando pelo contrário os contrastes e acentuando as hierarquias e os antagonismos. Reparte os homens em três categorias, os especialistas da oração, os especialistas do combate, os especialistas da produção, ou seja, os camponeses.³⁴

Os *bellatores* (aqueles que combatem), ou seja, a nobreza guerreira, era uma das ordens da sociedade tripartida citada por Georges Duby. As outras duas seriam os *laboratores* (aqueles que trabalham) e os *oratores* (aqueles que rezam). Como sabemos, esse foi um ideal de sociedade proposto ainda no século XI por Aldebéron de Laon, como vemos a seguir:

A sociedade dos fiéis forma um só corpo, mas o Estado compreende três. [...] A casa de Deus, que acreditam uma, está pois dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Estas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma são a condição das obras das outras duas; cada um por sua vez encarrega-se de aliviar o conjunto. Por conseguinte, este triplo conjunto não deixa de ser um; e é assim que a lei pode triunfar, e o mundo gozar da paz.³⁵

Duby, relendo Paul Veyne, afirma que “os comportamentos encontram-se mais diretamente determinados por motivos ideológicos no interior de determinados quadros onde são estabelecidas as relações sociais, no seio do que ele denomina ‘instituições’”.³⁶ A idéia de uma sociedade tripartida se afirmou em determinados espaços e influenciou a mentalidade e as práticas dos estratos sociais, especialmente, do clero e da nobreza.

No fim da Idade Média, esse ideal ainda era presente e podemos notá-lo até mesmo ao longo dos primeiros séculos do que foi definido como modernidade.

³⁴ DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, J., NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 141.

³⁵ Trecho do documento compilado em, PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: UNESP, 2000, p. 91.

³⁶ DUBY 1979, op. cit., p. 139.

Contudo, a ideologia cavaleiresca foi transmutada, adaptando-se às necessidades da nobreza que a abraçou como ideal estruturador. No entanto, o que nos interessa aqui é o campo de ação do cavaleiro, que deveria lutar pela “cristandade e seus fiéis”.

A ideologia cruzadística de luta contra os “infiéis” e heréticos reforçou o ideal de cavaleiro e orientou a sua violência para um campo que a Igreja circunscreveu, prometendo a absolvição dos pecados caso o *belator* deixasse de lutar contra cristãos e se digladiasse contra o inimigo de sua fé. O trecho a seguir ilustra a idéia de cruzada:

Esse empreendimento [a cruzada] não teria conhecido tanto sucesso se, no fim do século XII, as contradições tivessem sido menos vivas nas camadas dominantes da sociedade feudal; mas ele só teria levado à Terra Santa um ‘punhado de temerários’ se aqueles que organizaram as expedições não as tivessem sacralizado. Quando parte para Jerusalém, o cruzado sente que escapou de uma situação sem saída, mas engaja-se sinceramente pela salvação de seu senhor; ‘sabe que a cruzada é uma epopéia de Deus porque isso lhe foi dito, e ele exprime o que sente através do que sabe, como todo mundo.’³⁷

Essa idéia implica muitas conclusões, mas é interessante notar que os cavaleiros, caso aceitassem esse desafio, eram direcionados para um “fim maior” e deixavam de pressionar os reis. Ou seja, eles não causariam mais transtornos no reino através das intrigas e ao se baterem com outros nobres em busca de honra e mercês.

Como já sabemos, a Península Ibérica ao longo do medievo foi um desses espaços de embates entre cristãos e muçulmanos, a Reconquista.³⁸ Portugal, ainda no século XIII, havia conquistado o Algarve, não tendo mais contato direto com terras muçulmanas na península, pois o reino de Granada só se avizinhava de Castela. Assim, os combates entre portugueses e castelhanos se acirraram e as respectivas nobrezas exerciam as funções da cavalaria entre cristãos e em conflitos internos.

No início do século XV, Portugal estava marcado por um recente e, ainda latente, conflito com a Coroa Castelhana. Explicando de forma breve e simplificada, nesse momento, o exercício da guerra era constante e os cavaleiros faziam sua parte na frente de batalha. Supostamente, o ideal do cavaleiro condenava a luta entre cristãos, mas as necessidades políticas estavam em primeiro plano. E, permeando as necessidades políticas, devemos ressaltar que durante o Cisma da Igreja Romana (1378-1417) que dividiu o Ocidente, esses dois reinos ibéricos estavam em “campos

³⁷ DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: Le Goff, J. Nora, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p. 140.

³⁸ LOMAX, Derek. **La Reconquista**. Barcelona: Crítica, 1984.

religiosos” opostos, principalmente a partir de D. João I. Após assinarem tratados de paz, Castela, sob a regência de Fernando e Catarina, decidiu-se pela guerra contra Granada, enquanto Portugal saiu da Península Ibérica e atacou praças mouriscas ao longo das costas africanas. Para isso, em ambos os casos, foi importante a retomada do ideal cruzadístico e o direcionamento da nobreza contra os inimigos da “verdadeira fé”.

Nesse contexto, nós podemos notar nas fontes um reavivamento do ideal cavaleiresco cristão, repleto de valores e virtudes que, na prática, haviam caído em desuso, como a condenação ao combater os próprios cristãos e os exercícios para não caírem em pecado e desonra. Esses elementos e valores podem ser notados em outras fontes, das quais cito o **Livro da Cartuxa** do rei D. Duarte (1391-1438).

Dentre os valores destacados por Gomes Eanes de Zurara na **Crônica da Tomada de Ceuta** e que, por sua vez, delimitavam o ideal cavaleiresco, citamos os que definiam “o caminho da virtude”. Estes eram sete, divididos entre aqueles que pertencem ao encaminhamento da bem ordenada vida, os cardeais – Justiça, Prudência, Temperança e Fortaleza –, e os que pertencem inteiramente à alma, os teologais – Fé, Caridade e Piedade. Há outros valores que complementam o ideal da cavalaria, como: contenção, lealdade, honra, determinação, grande e boa vontade de coração, valor do sangue, coragem, liderança e discricção. Os que mais se destacaram na obra de Zurara foram os vinculados aos feitos bélicos. Resumidamente, uma das intenções do cronista era demonstrar tais valores e virtudes baseado num “modelo” ideal de cavalaria.

Espelho de príncipes e espelho de nobres:

Para esse trabalho, é importante tomarmos conhecimento de obras que são conhecidas como espelhos de príncipes, de onde retiramos a idéia de espelho de nobres. Assim, é necessário pensar nas possíveis leituras que Zurara fez antes e durante a composição de suas obras, leituras que influenciaram suas idéias e seu fazer cronístico. Neste sentido, Zurara já dispunha de um modelo de escrita e ofício a partir de Fernão Lopes, aproveitando as leituras, apontamentos e citações do último, bem como, lendo as crônicas de Lopes e se apoiando nelas para construir suas próprias narrativas.

Nas crônicas de Zurara, além das citações aos clássicos gregos, latinos e a Bíblia, também encontramos menções as obras de São Tomás de Aquino e outros autores medievais, dentre eles, o infante D. Pedro (1392-1449), os reis D. João I (1357-1433) e D. Duarte (1391-1438) e, também, o cronista Fernão Lopes. E mais, sabemos

que na biblioteca de D. Duarte havia manuscritos dos “espelhos de príncipes” de Egídio Romano e do Frei Álvaro Paes, com os quais Zurara teve contato.

Como afirma Jürgen Miethke “los espejos de príncipes tuvieron un éxito tan grande que bien pueden ser considerados como el género predominante a través del que la teoría política llegó al público de la baja Edad Media”.³⁹ Ele trabalhou com as idéias políticas nos tratados desse período, inclusive com as teorias políticas expostas nos espelhos de príncipes. Miethke vai a São Tomás de Aquino e analisa seu **De regimine principum**, escrito entre os anos 1265 e 1267, onde o autor dedicou ao rei de Chipre uma obra sobre a função real e como realizá-la sabiamente.

Essa obra de São Tomás influenciou obras de outros autores. Dessas podemos citar o **De regimine principum** de Egídio Romano, encomendado por Filipe III da França para o seu filho e herdeiro Filipe, o Belo. Esse tratado de 1285 foi difundido por toda a Europa, tendo grande repercussão na teoria política medieval, onde propôs como método trabalhar através de exemplos para persuadir seus leitores e ouvintes. Os modelos desses letrados eram baseados nos grandes homens, reis e heróis, enquanto o leitor deveria se espelhar nos bons exemplos para ser digno e honrado, evitando os maus exemplos que denegririam sua imagem e corromperiam seu comportamento.

Assim, concluo com uma pergunta e a seguinte resposta. O que seriam esses espelhos de príncipes? Essas obras eram, em linhas gerais, um manual de como bem governar e foram feitas, normalmente, sob encomenda de um monarca e destinada ao seu herdeiro. Várias dessas obras surgiram ao longo da Idade Média e nem sempre eram destinadas somente ao herdeiro de um trono, mas, também, à nobreza, que deveria ter valores e práticas dignas de sua posição. Por isso, muito além de construir um modelo para príncipes e reis, essas obras criaram o exemplo para toda a sociedade nobiliárquica.

Os personagens construídos e os feitos narrados por Zurara também serviam de exemplos, nos quais os nobres portugueses sob o reinado de D. Afonso V (1432-1481) deveriam se espelhar. Dentre os bons exemplos estava à figura do infante D. Henrique, representado pelo cronista como um leal e exemplar nobre, cavaleiro corajoso e digno das maiores honras concedidas por um rei. E, por conter elementos doutrinários, laudatórios e exemplares, consideramos as obras de Zurara como uma espécie de

³⁹ MIETHKE, Jürgen. Capítulo VI – El siglo XIII. In: _____. **Las ideas políticas de la Edad Media**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993, p. 67.

“espelho de nobres”, distinto dos anteriores por se organizar na forma de crônicas, mas próximo a eles por buscar construir um modelo ideal para ser seguido pela nobreza.

A ANÁLISE DO DISCURSO E AS CRÔNICAS DE GOMES EANES DE ZURARA

Os trechos extraídos da **Crônica da Tomada de Ceuta** são os capítulos II, III e XLI, enquanto da **Crônica de Guiné** escolhemos a carta de Gomes Eanes de Zurara a D. Afonso V e o capítulo I, que é o prólogo. No capítulo II da **Crônica da Tomada de Ceuta**, o cronista começa exaltando aquela cidade e sua conquista pelos portugueses, destacando os infantes de Avis e o rei D. João I, que determinou sua realização.⁴⁰

[...] virtuoso e nunca vencido Príncipe, senhor Rei Dom João, que seu propósito determinou forçosamente por armas conquistar uma tão nobre e tão grande cidade como é Ceuta. No qual feito considerando, podemos esguardar quatro cousas, sc. Grande amor da Fé, grandeza de coração, maravilhosa ordenança, e proveitosa vitória a qual foi maravilhoso preço de seu grande trabalho.⁴¹

Nesse trecho notamos a exaltação da figura do rei, aquele que nunca foi vencido e que decide mover todo o reino numa guerra justa contra os “infiéis”, considerada um “serviço a Deus”. Aqui começou a construção da imagem do rei, exaltando o virtuoso e cristão monarca português.

Em seguida, o cronista afirma

Grande ardor foi o de sua Fé em todas suas obras, singularmente em esta. Cá todo seu principal movimento foi por serviço de Deus e grande desejo que tinha de emendar alguma cousa, se a contra vontade de Deus fizera, no tempo da guerra passada. [...] Que posto que ele houvesse guerra mui justa com seus inimigos a qual era por defensão de sua terra, na qual suas armas muitas vezes foram tintas de sangue, que ele não entendia disso fazer cumprida pendenza senão lavando suas mãos no sangue dos infiéis.⁴²

Antes da empreitada contra Ceuta, Portugal estava em guerra com Castela. A guerra entre cristãos era considerada um “desserviço a Deus”, pois no século XV a pressão islâmica sobre os territórios cristãos era crescente na Europa, ameaçada pelos Turcos Otomanos. No trecho acima, notamos que exaltar a guerra contra os mouros era uma forma de “redenção” da guerra anteriormente realizada contra cristãos que, mesmo

⁴⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Sintra: Publicações Europa-América, 1992, p. 41.

⁴¹ Ibid., p. 41.

⁴² Ibid., p. 41.

assim, é legitimada pelo cronista como uma guerra justa em defesa de Portugal. Notamos aí um destaque à defesa do reino luso, ainda não no sentido nacional e pátrio que se desenvolverá a partir da Restauração no século XVII, mas é perceptível a defesa das terras, dos súditos e de uma identidade e interesses comuns a nobreza que apoiou a dinastia de Avis. Na construção de Zurara, todo o dano causado na guerra contra o cristão castelhano foi redimido no momento em que D. João I marchou contra os inimigos da cristandade.

Chamando atenção ao grande destino traçado para os portugueses na obra de Zurara, que tratou de maneira grandiloqüente a conquista de Ceuta já que o rei D. João

[...] desprezou todos os contrairos que o poderiam empachar para cobrar aquela vitória que o seu coração profetizando chamava. Nam se contentando ainda por si só cobrar este feito, mas de seis filhos que tinha, os quatro que àquele tempo eram para tomar armas levou consigo [...] E quem cumpridamente nisso esguardar achará que nem o cerco de Tróia nem a passada de Cipião em África não foram de tanta excelência.⁴³

Grandiloqüente porque exalta a ação da nobreza lusa na conquista de Ceuta acima do cerco e conquista de Tróia empreendida pelos gregos e, também, da derrota infligida a Cartago por Cipião. Dois grandes feitos liderados por valorosos guerreiros, mas, como foram realizados por pagãos, para o cronista português, a excelência dos feitos da nobreza lusa foram mais grandiosos por serem cristãos. E, na opinião de Zurara, pela grandeza desses feitos, tudo o que ele narrou deveria servir de exemplo “a todos os príncipes do mundo”.⁴⁴

Em seguida, o cronista exalta a linhagem cristã que derrotou os muçulmanos e conquistou Ceuta, a casa de Avis – uma mistura de duas grandes famílias, a dos reis de Espanha (no entender do cronista, território compreendido por toda a Península Ibérica) e da nobreza da Inglaterra (devido ao casamento de D. João I com Filipa de Lencastre, proveniente da alta nobreza inglesa), nobre sangue que conquistou e defendeu Ceuta.

Depois do momento laudatório, o cronista justifica a demora de trinta e quatro anos para começar a escrever a crônica sobre esta tão exaltada conquista, argumentando sobre a falta de testemunhos por falecimento dos fidalgos que participaram do feito.⁴⁵ É

⁴³ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Sintra: Publicações Europa-América, 1992, p. 42.

⁴⁴ Ibid., p. 42.

⁴⁵ Ibid., p. 43.

nesse momento que destaca, individualmente, o infante D. Henrique. Este é exaltado como um dos principais envolvidos na guerra contra os mouros e, também, um dos mais influentes testemunhos para que o cronista Zurara compusesse sua crônica.

[...] o principal destes foi o Infante Dom Enrique, o qual foi sempre tão ocupado nos feitos do reino. Desi teve sempre em ele mui grandes encargos, cuja força ocupou muito seu acordo em este feito. [...] Porém, tomando alguns pedaços que ficaram apegados nas paredes do entendimento deste senhor, cheias de mui grandes cuidados e cercadas de feitos estranhos, com algumas migalhas que de fora apanhamos, trabalharemos de fazer cousa que pareça inteira segundo a forma do processo que se segue.⁴⁶

Esse trecho nos diz muito da razão de o infante D. Henrique ter grande destaque nessa obra. Além de ser um dos príncipes de Portugal e, também, muito próximo ao seu sobrinho e rei, D. Afonso V – que encomendou a crônica à Gomes Eanes de Zurara –, D. Henrique foi uma das principais testemunhas argüidas por Zurara.

Por fim, no capítulo XLI da **Crônica da Tomada de Ceuta**, há a narração do cronista sobre a entrega das espadas aos infantes pela rainha sua mãe, “herança” adiantada a seus filhos momentos antes de sua morte. Lê-se nesse capítulo o seguinte:

E, acabado assim estas cousas, chegou hi João Vasques de Almada, que trazia feitas e guarnecidas aquelas espadas em que já falamos, com as quais muito prouve à Rainha para com elas conseguir seu bom propósito. E, tanto que as teve em seu poder, fez chegar para acerca de si seus filhos e tomou a espada maior, e disse contra o Infante Duarte: “Meu filho, porque Deus quis escolher entre vossos irmãos para serdes herdeiro destes reinos, e tivesse o regimento e justiça deles, a qual vos já el-rei, vosso padre tem cometida, conhecendo vossas virtudes e bondades, tão cumpridamente como se já fosse vossa, eu vos dou esta espada, e vos encomendo, que vos seja espada de justiça para regerdes os grandes e os pequenos destes reinos [...] e vos encomendo seus povos, e vos rogo que, com fortaleza, sejais sempre a eles defesa não consentindo que lhe seja feito nenhum desaguisado mais a todos cumprimento de direito e justiça [...]”.

E, depois, tomou a outra espada e chamou o Infante Dom Pedro, e disse-lhe: “Meu filho, porque sempre des o tempo de vossa meninice vos vi muito chegado à honra e serviço das donas e donzelas, que é uma cousa que, especialmente, deve ser encomendada aos cavaleiros e porque a vosso irmão encomendei os povos, encomendo elas a vós. As quais vos rogo que sempre hajais em vossa encomenda. [...]”

Ainda nos fica por dizer da terceira espada, que foi dada ao Infante Dom Henrique, o qual a Rainha chamou [...] e disse. “Bem vistes a repartição que fiz das outras espadas que dei a vossos irmãos. E esta terceira guardei para vós. A qual eu tenho que assim como vós sois forte, assim é ela. E porque a um de vossos irmãos encomendei os

⁴⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Sintra: Publicações Europa-América, 1992, p. 44.

povos, e a outro as donas e donzelas, a vós quero encomendar todos os senhores, cavaleiros, fidalgos e escudeiros destes reinos, os quais vos encomendo que hajais em vosso especial encargo. Cá pero todos sejam de el-rei, e ele deles tenha especial cuidado, cada um em seu estado, eles porém haveram mister vossa ajuda para serem feitas aquelas mercês que estiver em razão. Cá muitas vezes acontece, que por informações falsas e requerimentos sobejos dos povos, os rex fazem contra eles o que não devem [...]”.⁴⁷

Desse momento podemos notar que D. Duarte, pai do rei D. Afonso V – que encomendou as crônicas –, foi enaltecido como homem bom e justo, sendo o herdeiro de direito ao trono português. Entretanto, não é esse o momento que mais nos interessa, mas sim, o seguinte, quando a rainha chama o segundo e o terceiro filho, respectivamente D. Pedro e D. Henrique. O secundogênito ficou na sombra do terceiro filho, que, nas palavras da própria rainha era o “forte” D. Henrique, que “recebe” de sua mãe o papel de “zelar” pelos nobres. Mesmo estando em sujeição ao seu irmão D. Duarte, ele deveria ajudá-los quando a injustiça os atingisse. De acordo com a crônica de Zurara, D. Henrique foi o infante porta-voz de todos os nobres portugueses frente ao rei, tendo um papel de extrema importância na governação do reino. Nesse sentido, o que podemos dizer quanto ao que houve ao infante D. Pedro e sua família? Estes foram ajudados pelas palavras de D. Henrique frente a D. Afonso V antes de Alfarrobeira? Não temos respostas conclusivas a essa questão, mas, se D. Henrique intercedeu junto ao rei por seu irmão, ele não obteve resultado. Já, quanto à herança adiantada por D. Filipa, podemos dizer que foi citada por Zurara para que se antecipasse o grande papel de Henrique no reino, enquanto deixava o “desonrado” e falecido Pedro nas sombras.

Já na **Crônica de Guiné**, destacamos os trechos iniciais da carta onde o cronista chama atenção à magnanimidade do rei e, também, destaca o recompensamento da honra como o maior bem a ser dado ao homem. Essa crônica é marcada pela exaltação do infante D. Henrique – através dos feitos de seus comandados –, recompensado pelos serviços prestados e pela fidelidade ao rei D. Afonso V.

[...] o recompensamento da honra deve ser dado ao que é muito nobre e excelente, e o recompensamento do ganho ao que é mesteiroso. O que certamente mostra ser assim, pois que a Deus não podemos dar maior cousa que honra, nem aos mui bons e virtuosos, por testemunho e galardão de sua virtude.⁴⁸

⁴⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Sintra: Publicações Europa-América, 1992, p. 152-155.

⁴⁸ Id. **Crônica de Guiné**. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1973, p. 03.

E como quer que em vossos feitos se podessem achar cousas assaz dignas de grande honra, de que bem podereis mandar fazer volume, Vossa Senhoria, usando como verdadeiro magnânimo, a quis antes dar que receber; e tanto é vossa magnanidade mais grande quanto a cousa dada é mais nobre e mais excelente. Pelo qual, estando Vossa Mercê o ano passado em esta cidade, me dissestes quanto desejáveis ver postos em escrito os feitos do senhor Infante D. Henrique vosso tio. Que conhecíeis que se alguns príncipes católicos em este mundo cobraram perfeição das virtudes heróicas, ele devia ser contado por um dos principaes.⁴⁹

Daqui podemos fazer um paralelo entre os reis D. João I e D. Afonso V. Zurara chama atenção a uma das qualidades que um rei deveria ter, ser magnânimo. Dessa forma, ao comparar o neto ao avô, Zurara construía a imagem de D. Afonso V, que poderia ser exaltado por suas virtudes e por ser comparado ao fundador da nova dinastia. Como sabemos, tanto D. João I quanto D. Afonso V foram pródigos em suas doações e mercês, concedendo à alta nobreza títulos e honras. No entanto, D. Afonso o fez demasiadamente, reforçando ainda mais as grandes casas senhoriais do reino.

Também no capítulo III da **Crônica da Tomada de Ceuta**, o cronista já havia destacado a figura de D. João I como magnânimo.⁵⁰ Assim, ao longo dessa crônica de Zurara são construídas representações do rei D. João I, do herdeiro D. Duarte – respectivamente avô e pai de D. Afonso V – e do infante D. Henrique. O último deveria ser o exemplo e modelo a todos os príncipes e nobres, pois, nas obras de Zurara, este infante representava o ideal de cavaleiro cristão e de súdito leal a seu rei.

A **Crônica de Guiné**, também encomendada por D. Afonso V, é uma elegia escrita por Zurara para exaltar um grande e leal nobre do reino: o infante D. Henrique.

Geralmente somos ensinados da experiência que todo bem-fazer quer agradecimento. [...] E porque o muito alto e muito excelente príncipe e muito poderoso senhor el-Rei D. Afonso o quinto, que a feitura deste livro, por graça de Deus, reinava em Portugal, cujo reinado Deus por sua mercê acrescente em vida e virtudes, viu e soube os grandes e mui notáveis feitos do senhor infante D. Henrique, duque de Viseu e senhor de Covilhã, seu muito prezado e amado tio, os quaes lhe pareceram assim especiaes entre muitos que alguns príncipes cristãos em este mundo fizeram, pareceu-lhe que seria erro não haverem ante o conhecimento dos homens autorisada memória, especialmente pelos grandes serviços que o dito senhor sempre fizera aos reis passados e pela grande bemfeitoria que pelo seu azo receberam seus naturaes.⁵¹

⁴⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1973, p. 04.

⁵⁰ Id. **Crônica da Tomada de Ceuta**. Sintra: Publicações Europa-América, 1992, p. 44.

⁵¹ ZURARA, 1973, op. cit., p. 07.

Segundo Zurara, a exaltação dos grandes e destacados nobres do reino é devido ao fato de que “nenhum príncipe não pode ser grande se ele não reina sobre grandes; nem rico se não senhorea sobre ricos”.⁵² Assim, senhorear e exaltar os “grandes” – dos quais, nessas duas obras de Zurara, o infante D. Henrique se destacou acima de todos – é de suma importância para um rei.

BREVE CONCLUSÃO

Como podemos notar ao longo da leitura das fontes, o confronto na tomada da palavra nas obras de Zurara é feito para legitimar a nobreza, ou melhor, alguns nobres portugueses. Por isso, seus discursos também podem ser vistos dentro de uma perspectiva das relações de poder. O poder da palavra e a autoridade de construir um discurso legítimo foi apropriado pela dinastia de Avis também através das crônicas de Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, sendo que o último reforçou o poder de uma nobreza guerreira participativa na política do reino português.

A produção de discursos depende dos interesses dominantes e de seu contexto, fatores que explicam muito sobre a mudança de objetivos das crônicas de Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara. Resumidamente, o primeiro tinha como objetivo legitimar a dinastia de Avis, já o segundo buscava legitimar a política portuguesa (de D. Afonso V) de conquista no norte da África e as ações da nobreza que a fez possível. Desta maneira, a narrativa é definida não só pelo autor, mas, também, pela sociedade que o envolve.⁵³

Além do espaço de produção, todo texto tem uma intenção e um destino. Na perspectiva da Análise de Discurso, os discursos são vistos como linguagem em interação, objeto de conhecimento, onde o locutor pressupõe uma finalidade específica e constrói sua narração para certo ouvinte, mesmo que seja um destinatário pressuposto. Ou seja, o discurso só é completo quando há um processo simultâneo entre falante e ouvinte, um “lugar de interação”.⁵⁴ Isso quer dizer que todo texto tem um destinatário que vai lê-lo, ou ouvi-lo, e interpretá-lo conforme seus conhecimentos, interesses e contexto, interagindo com o conteúdo do discurso construído por um autor que também

⁵² ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1973, p. 10.

⁵³ ECO, Umberto. I. *Intentio Lectoris* – apontamentos sobre a semiótica da recepção. In: _____. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, s/d, p. 15.

⁵⁴ ORLANDI, Eni Pulcinelli. Tipologia de discurso e regras conversacionais; Sobre tipologia de discurso. In: _____. **A linguagem e seu funcionamento** – as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 138.

depende da mesma situação que o seu ouvinte. Todavia, o autor tem a autoridade que lhe foi imputada, ou da qual se arrogou, para construir tal discurso.

Reforçando a idéia que chegamos anteriormente, como os textos de Zurara são crônicas vistas por nós sob o prisma do que foi definido por Silvio Galvão de Queirós – baseado na leitura de Vânia Leite Fróes – como discurso do paço ou discurso da corte, encaramos essas obras como um discurso de exaltação de nobres a partir da definição de um modelo ideal. Por conta disso, consideramos essas obras como “espelhos de nobres”, que deveriam ser lidos e seguidos como guia de valores e comportamento para a nobreza lusitana e, por que não dizer, ibérica.

